



CONSELHO JURISDICCIONAL

Processo Disciplinar Nº 32/MC/2ª SECÇÃO/2021

Participante: *Azarias Isaias Cabral Zandamele*

Arguida: *dr. David Paulo Nhavene*

Relator: *Zacarias Filipe Zinocacassa*

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

Cfr.	Conferir
EOAM	Estatuto da Ordem dos Advogados de Moçambique
Nº	Número
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
RDOAM	Regulamento disciplinar aprovado pela Deliberação nº1/97 de 04 de Outubro
CPC	Código de Processo Civil

RELATÓRIO FINAL

O senhor **AZARIAS ISAIAS CABRAL ZANDAMELE**, participante, submeteu (no dia 15/09/2021) uma participação à Ordem dos Advogados de Moçambique contra o Dr. **DAVID PAULO NHAVERNE**, advogado com carteira Profissional n.º 427, sobre a qual nos pronunciamos nos seguintes termos e fundamentos:

I. SUMÁRIO DOS FACTOS CONSTANTES NA PARTICIPAÇÃO

1.

A simples leitura da participação permite inferir que nela o participante imputa determinados factos ao participado, para sustentar a violação dos deveres de deontologia profissional por este último, destacando-se, essencialmente, os seguintes:

- a) O participante é autor nos autos de uma acção sobre contratos administrativos movido contra o ISCAM (Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique), que correu os seus termos no tribunal Administrativo da Cidade de Maputo, registado sob o n.º 82/2016-CA.
- b) Ora, no decurso do processo, o participante veio a descobrir que, na verdade, o mandatário do réu, ISCAM, que responde pelo nome de **DAVID PAULO NHAVERNE** fora seu advogado de longa data, a quem várias vezes o representou em tribunal por intermédio de procuração forense.
- c) Refira-se que, o senhor **DAVID PAULO NHAVERNE** é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados de Moçambique, com carteira Profissional n.º 427.
- d) Nessa qualidade, fez assistência ao participante nos seguintes processos: (a) assessoria ao participante no âmbito da assinatura e vigência do contrato de arrendamento para habitação, celebrado com o ISCAM; (b) acção executiva n.º 07/2012, que correu os seus trâmites legais no Tribunal Judicial do Distrito Municipal Kamaxakeni, 1ª secção cível; (c) processo crime n.º 82/96, em apenso ao processo n.º 121/9 A, que correu os seus trâmites legais na 8ª secção do tribunal Judicial da Cidade de Maputo.
- e) Face a essa situação, o participante tem o entendimento de que o senhor **DAVID PAULO NHAVERNE**, sendo seu advogado, não poderia, primeiro, abandonar a assistência que vinha



dando aos seus processos sem aviso prévio e, segundo, tornar-se seu oponente num outro processo;

2.

Os factos arrolados pelo participante e elencados acima, foram enquadrado na alínea c) do nº1 do artigo 70 do Estatuto da Ordem dos Advogados de Moçambique, aprovado pela Lei nº28/2009 de 29 de Setembro, na qual se realça que o Advogado é impedido de exercer quando tenha tido intervenção no processo ou processos conexos como representante da parte contrária, ou lhe tenha prestado parecer jurídico sobre a questão controvertida.

3.

Nos termos das alíneas b) e i) do artigo 81 da mesma lei, constituem deveres do Advogado para com o constituinte recusar mandato contra quem noutra causa seja seu mandante, bem como não abandonar o patrocínio do constituinte ou acompanhamento das questões que lhe estão acometidas sem motivo justificado.

4

Ora, como se pode depreender, os comportamentos outrora enumerados constituem infracção disciplinar, nos termos do nº1 do artigo 92 da Lei nº28/2009 de 29 de Setembro, porquanto violam os princípios da ética e deontologia outrora consignados, sendo por isso reprováveis e merecedores de devida responsabilização, nos termos do mesmo estatuto (da OAM).

II. DA IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DOS AUTOS POR FALECIMENTO DO PARTICIPADO

Entretanto, analisados plenamente os autos constata-se a existência de um anúncio necrológico, segundo o qual a Ordem dos Advogados de Moçambique, seus órgãos sociais e colaboradores “*comunicam, com profundo pesar e consternação, o desaparecimento físico do Dr. David Paulo Nhavene, advogado com carteira profissional n.º 427, ocorrido no dia 02 /01/2021, vítima de doença*”.

5.

Quer dizer, é evidente nos autos que o participado, pessoa relativamente à qual se pretendia mover o processo disciplinar, por haver indícios de violação de deveres profissionais previstos no EOAM, faleceu.

6.

A este propósito, o n.º 3 do artigo 276º do CPC, aplicável por força do artigo 72 do RDOAM, estabelece que *“a morte ou extinção de alguma das partes não dá lugar à suspensão, mas à extinção da instância, quando torne impossível ou inútil a continuação da lide”* (o destaque é nosso).

7.

Ora, considerando que com o processo disciplinar pretende-se, essencialmente, censurar a conduta do advogado, por estar assente a violação de deveres profissionais e pretender-se que o mesmo se ‘reabilite’ e possa, enquanto advogado, agir em conformidade com esses deveres deontológicos outra não pode ser a conclusão, senão a de que a responsabilidade disciplinar é individual.

8.

Assim, sendo a responsabilidade disciplinar individual facilmente se infere que, com a morte do participado ou arguido torna-se impossível dar continuidade dos autos, seguindo-se, por essa via a extinção dos mesmos.

9.

Aliás, esse cenário encontra suporte no artigo 287 alínea e) do CPC, aplicável por força do artigo 72 do RDOAM, do qual resulta que, quando por facto ocorrido na pendência da instância, a pretensão do participante não pode se manter, por virtude do desaparecimento dos sujeitos ou do objecto do processo, devem os autos ser extintos por impossibilidade superveniente da lide

10.

Quer dizer, na pendência do processo disciplinar, tendo falecido uma das partes verifica-se a impossibilidade superveniente da lide, arquivando-se o procedimento disciplinar, nos termos do artigo 287, alínea e) do CPC, aplicável por força do artigo 72 do RDOAM, conjugado com o artigo 106 n.º 2 do EOAM.



11.

Na verdade, nos presentes autos, dada a morte do participado, o cenário enquadra-se melhor na situação de arquivamento do processo disciplinar por falta de pressupostos processuais, nomeadamente, a falta de personalidade jurídica do sujeito (participado/arguido), pois a análise minuciosa levou-nos a constatar que a participação deu entrada na OAM no dia 15/09/2021, depois do falecimento do participado, o que ocorreu no dia 02/01/2021.

12.

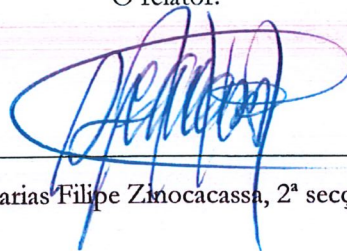
Por isso entendemos que estão reunidos os pressupostos para nos abstermos de deduzir a nota de culpa, devendo os autos serem arquivados, nos termos do artigo 288, n.º1, alínea c), artigo 5, ambos do CPC, conjugado com o artigo 68, n.º1 do CC, aplicáveis por força do artigo 72 do RDOAM.

13

Nestes termos e com base no n.º2 do artigo 106 do EOAM, proponho que o presente processo seja arquivado.

Maputo, aos 21 de Agosto de 2023

O relator.



(Zacarias Filipe Zimocacassa, 2ª secção)



CONSELHO JURISDICCIONAL

Deliberação nº 26/CJ/2023

A 2ª Secção do Conselho Jurisdiccional da Ordem dos Advogados de Moçambique, depois de apreciar a exposição apresentada pelo Conselheiro do Conselho Jurisdiccional, afecto à mesma (secção), o Dr. Zacarias Filipe Zinocacassa, deliberou por unanimidade, acolhê-la, determinando o **arquivamento dos autos** nos termos do nº2 do artigo 106 dos Estatutos da Ordem dos Advogados de Moçambique, porque provado que a participação feita pelo senhor Azarias Isaías Cabral Zandamela deu entrada na OAM no dia 15/09/2021, depois do falecimento do participado Dr. David Paulo Nhavene, facto que prejudica o prosseguimento dos autos tendo em conta que o participado está destituído de personalidade jurídica, que é um dos pressupostos processuais para o prosseguimento dos autos nos termos do artigo 288 nº1 alínea c), artigo 5 ambos do CPC conjugado com o artigo 68 nº1 do CC, aplicáveis por força do artigo 72 do RDOAM.

Maputo, aos 02 de Novembro de 2023

Dr. Bertino David Alberto – 2º Vice-Presidente do Conselho Jurisdiccional

Dr.ª Ana Berta Raimundo Mazuze – Conselheira

Dr. Zacarias Filipe Zinocacassa – Conselheiro-Relator